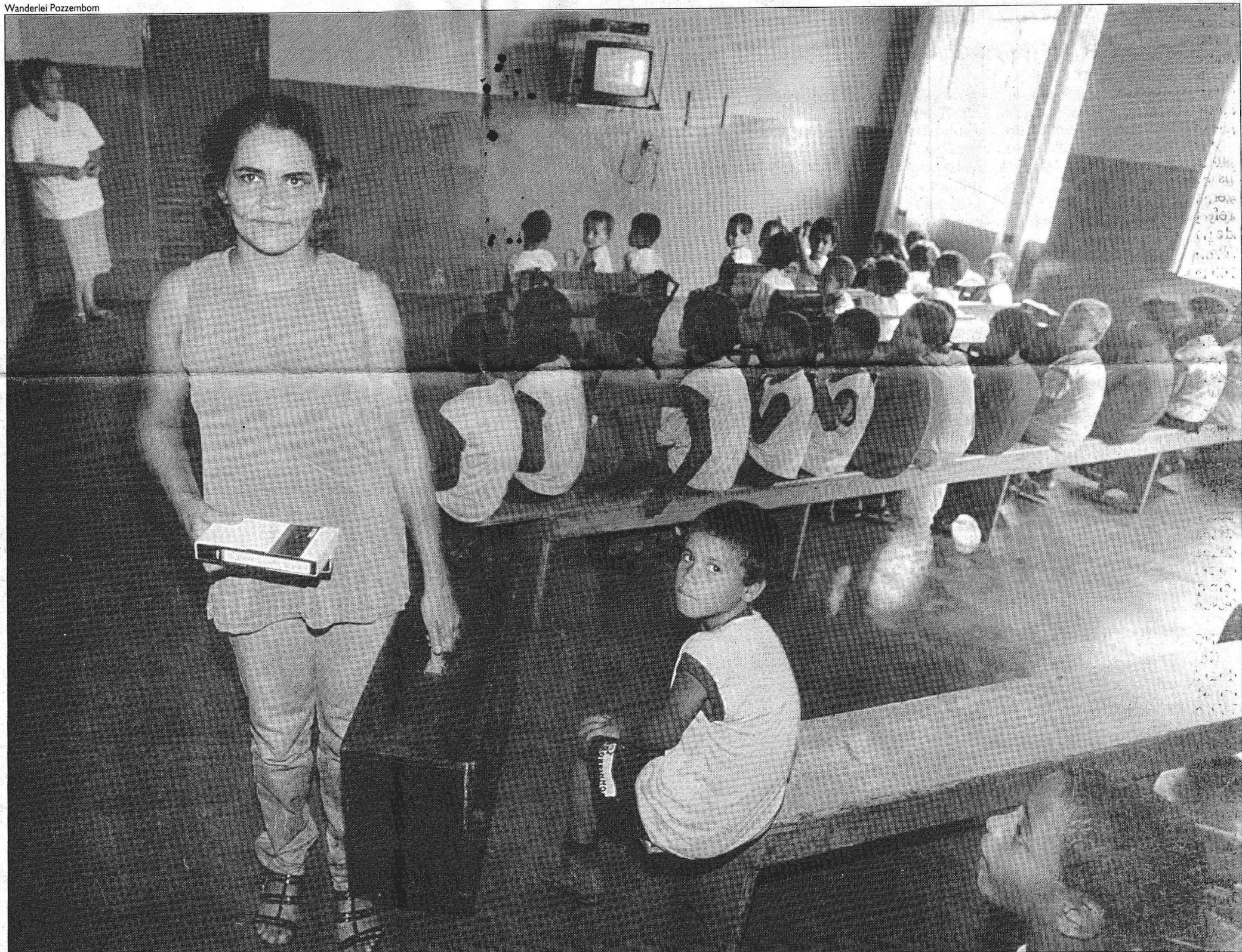


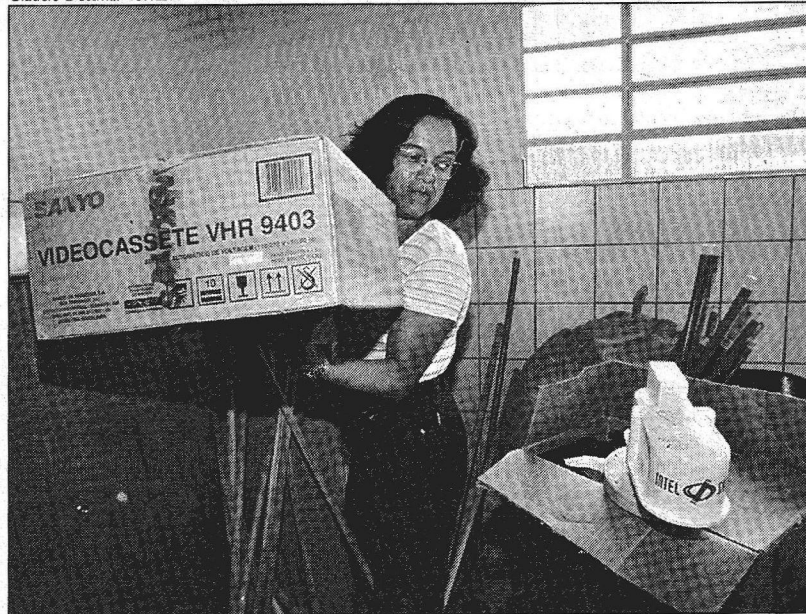
CHOQUE DE REALIDADE

Wanderlei Pozzembom



A professora Rosilda da Silva, em Morrinhos (GO), leva os alunos todos os dias para assistir desenhos animados com o kit da TV escola. Mas o que os alunos assistem é a programação normal das emissoras

Glaucio Dettmar 15.12.97



Maria de Fátima guarda a parabólica na sala da diretoria há mais de um ano

Hora de descanso para professores e alunos do Serviço de Integração do Menor (SIM), em Morrinhos, interior de Goiás. A televisão ligada é o maior divertimento. A antena parabólica, o videocassete e a TV compradas com dinheiro do MEC para o TV Escola são utilizadas diariamente. Mas para recreação. Entre os campeões de audiência, desenhos animados da Rede Globo e fitas de filmes da Disney e de ação.

Esse é um dos usos mais frequentes do TV Escola desde que ele foi implantado. A outra opção seria deixar o equipamento parado — o que acontece em vários outros locais do país. As razões são muitas, e bastante semelhantes.

Falta de professores, de salas de vídeo e desconhecimento de como operar o kit transformam o programa, planejado para revolucionar o ensino, do Oiapoque ao Chuí, em sonhos para o futuro.

Na teoria, o TV Escola funcionaria da seguinte maneira: os diretores receberiam uma revista com a programação mensal e, a partir daí, planejar as aulas, gravando no vídeo o que achassem mais interessante.

“A programação é sempre diferente dos nossos horários, só posso assistir quando não tem aula”, conta Severina Costa, professora da 3ª série da Escola Adalberto Marroquim, em Batalha, sertão alagoano.

A falta de professores é o principal adversário do TV Escola em Alagoas. No colégio Lyons, em Arapiraca, a 160 km de Maceió, o Plano de Demissão Voluntária (PDV) reduziu o quadro de professores de 117 para 27. O número de alunos, no entanto, não mudou. São mais de mil estudantes.

A muitos quilômetros do sertão alagoano, as reclamações continuam. “A escola não dá horário nem para a gente planejar as aulas, quanto mais para assistir os vídeos”, desabafa Jane da Costa, professora da 3ª série do Colégio Municipal Meire do Carmo, em Morrinhos, interior de Goiás.

Mesmo quando os diretores encarregam alguém de gravar os programas, o esquema nem sempre funciona.

Aparecida de Souza é a responsável pela tarefa na escola Meire do Carmo. Ela conta que o técnico da Secretaria que instalou o vídeo ensinou o be-a-bá para copiar os programas, mas ainda sente-se insegura em relação ao equipamento. “Passei um período grande gravando a TV Educativa achando que era a TV Escola. Como quase ninguém tem tempo de assistir as fitas, não percebemos o engano”, explica Aparecida.

TECNOLOGIA QUE NÃO COLOU

Em Murici, a 60 quilômetros de Maceió, a falta de tempo também atrapalha o uso do equipamento. Isabel Ferreira da Silva dá aulas pela manhã e trabalha na secretaria da Escola Municipal Pedro Tenório Raposo à tarde, mas ainda tentou assumir a tarefa de gravar os programas para as colegas usarem. O resultado: apenas sete vídeos gravados em mais de um ano. “Não consigo acompanhar todos os programas”, justifica.

Isabel também enfrenta um problema que atinge muitas das professoras que precisam gravar os programas: a falta de intimidade com videocassetes e parabólicas. Quando alguém muda o canal ou altera as ligações da antena, a professora tem sérias dificuldades para fazer a TV funcionar de novo.

Na escola Lyons, em Arapiraca, Rita de Cássia não conseguiu ainda fazer as gravações. Quando a televisão emite o som, não há imagem. E vice-versa. “Só consegui gravar uma vez até agora, mas mesmo assim estava cheia de riscos”, conta.

Já que a tecnologia não *colou* na maioria das escolas, os professores improvisaram e fizeram um uso diferente do material didático do programa. Usam as revistas, um dos instrumentos pedagógicos do TV Escola, como material didático comum.

“A gente achava estranho aquele material que chegava todo mês e não sabia como trabalhar”, conta Giselda da Silva Gomes, diretora da escola José Aluizio Vilela, que tem 632 alunos. “Aí, começamos a fazer discussões em grupo com as matérias e reportagens”.

O acesso dos professores a novas informações é limitado. Terminado o magistério — ou a faculdade, em alguns casos — a dificuldade para se

atualizar aumenta. Com vencimentos que variam de um salário mínimo a R\$ 300 (para o ensino fundamental) não há como comprar livros, ir ao cinema, ao teatro, viajar, ter computadores ou pagar cursos de reciclagem. Coisas que qualquer profissional precisa para se manter em dia com o mundo.

A necessidade de sobrevivência obriga os professores a terem mais de um emprego. Jane da Costa dá au-

las todos os dias para a 3ª série na Escola Meire do Carmo, em Morrinhos (GO), até as 12h. Às 12h30, ela pega um ônibus e viaja 50 km até Rio Quente, cidade vizinha, onde ensina em um curso supletivo de 5ª a 8ª série.

Só às 22h, depois de cuidar dos quatro filhos, ela se senta para corrigir provas e planejar aulas. No dia seguinte, às 6h, recomeça a rotina. Tudo para receber R\$ 600 no final de mês.

PROFESSORES MAL PREPARADOS

Jane faz parte do pequeno grupo de 158 mil professores de 1º grau que têm curso superior, o equivalente a 20% do corpo docente da rede pública do país. A maioria dos 777 mil professores do ensino fundamental — 500 mil — não chegou a entrar na universidade. Para estes, os salários são ainda menores e alcançam, no máximo, R\$ 300. Existe ainda um grupo considerável que sequer terminou o 1º grau: 63 mil.

Mas os problemas não param por aí. Existem até casos de desvio de material por brigas entre políticos inimigos.

Em Teotônio Vilela, uma das cidades mais pobres de Alagoas — lá, de cada quatro crianças, uma morre antes de completar 1 ano —, todos os equipamentos sumiram quando houve mudança de prefeito. Hoje, os colégios recebem as revistas e grades de programação, mas não têm o kit.

A interferência das brigas políticas na sala de aula não ficam restritas ao Nordeste. No município de Hidrolândia, a 25 Km de Goiânia, a rivalidade entre o partido do prefeito, o PPB, e o do governador do es-

tado, o PMDB, provoca o caos na educação local.

Em Alagoas, os problemas políticos começam nas licitações para compra de material. Na primeira compra, em 1996, a empresa vencedora para instalação das antenas parabólicas foi uma madeireira. Resultado: antenas foram instaladas viradas para o mar, com peças faltando e material de baixa qualidade.

Em Ipióca, distrito de Maceió, a escola municipal Marechal Floriano Peixoto foi uma das premiadas: falta o receptor da antena, recebida há um ano.

O material está ainda encaixotado, guardado entre vassouras e material escolar na sala da diretora. Até agora, a diretora-adjunta da escola, Maria de Fátima Moura, não conseguiu descobrir quem é o responsável pelo conserto.

“Nós procuramos a secretaria do estado, a do município, e ninguém nos deu uma solução”, conta. A alternativa apresentada pelo município foi que a escola utilizasse recursos federais para compra de material a fim de adquirir o receptor.

“Esse dinheiro não dura três meses, como eu que eu posso gastar em outra coisa?”, pergunta Maria de Fátima.